

Instituto de Estudos Sócio-Ambientais



UFG

ISSN 0101708X

BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA

v. 27, n. 2, jan./jun. 2007



Artigos

A periferia urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação¹

The urban outskirts: a sociospatial study of its formation

Equimar Felício Chaveiro – UFG
equimar@hotmail.com

Antonio Fernandes dos Anjos – UFG
anjos@yahoo.com.br

Resumo

O texto analisa os pontos teóricos mais significativos da produção de espaços urbanos segregados pelo modo de produção capitalista, e realiza um traçado histórico da urbanização mundial, contrapondo a formação suburbana brasileira com a de países centrais e periféricos. Tem por finalidade a apreensão do que há de geral e/ou singular nas periferias urbanas brasileiras, ressaltando a necessidade de compreensão do processo de formação da periferia urbana e abarcando os mais diferentes aspectos de sua realidade cotidiana. Para tal, utiliza as contribuições de autores da geografia e de outras disciplinas, tais como arquitetura e urbanismo, história, filosofia, psicologia, entre outros, alargando, assim, o foco do debate.

Palavras-chave: urbanização.segregação socioespacial. periferia urbana.

Abstract

This text analyses the most significant theoretical background points on urban space production under capitalist production. It makes a historical overview on the world wide urbanization and then it opposes on the Brazilian's outskirts formation to some central and peripheral countries. The aim is to apprehend what is singular and/or general in Brazilian outskirts. For such, it emphasizes the need of understanding of the outskirts formation process, observing the most different aspects of its daily reality. So, contributions from Geography, Architecture and Urbanism as well as History, Philosophy are used, which enlarges the debate on this topic.

Key-words: urbanization.sociospatial segregation.urban outskirts.

Introdução

Primeiramente, podemos encontrar um exemplo em que, pelo menos ideologicamente, a única definição de periferia urbana cabível seria a geométrica (centro-periferia). Estamos falando das cidades gregas nas quais, segundo Mumford (1965, p. 159-208), por haver paridade entre os cidadãos e uma harmonia entre setor agrário e urbano, não se visualizava grandes contrastes socioespaciais. Nas cidades pensadas por arquitetos gregos, a dinâmica socioespacial tendia a manter o cidadão como agente tanto da periferia quanto do centro, a partir da posse de um lote ao centro e de outro à periferia. A fragilidade de tal harmonia entre centro e periferia reside no fato de que se excluía todos aqueles que não eram considerados cidadãos (escravos, mulheres, crianças) e que, de alguma forma, participavam dessa dinâmica espacial.

A partir disso podemos especular sobre a relação entre distância espacial e distância social. Se acaso os cidadãos gregos vivessem estratificados entre habitantes do centro e habitantes da periferia, mantendo a igualdade social, a dinâmica socioespacial praticamente não seria modificada, havendo apenas variação na localização dos indivíduos e uma pequena diferença de acessibilidade espacial ao centro cívico. A distância social (Arrais, 2001, p. 232) pode se sobrepor à distância física. Tal distância tem um cunho ontológico-existencial, já que é constituída através da vivência do sujeito no lugar, ligada a experiências biopsicossomáticas que o manterão arraigado ao meio socioespacial que participou mais intensamente de suas experiências.

Ora, isso atesta que há uma relação de proximidade entre o espaço e o sujeito social que nele se insere. Sendo assim, a periferia possui um cotidiano específico, bem como uma modalidade de tempo social que define a vida dos sujeitos. Poder-se-ia dizer que é um lugar específico de dramas sociais, de problemas e vicissitudes humanas.

A busca pela compreensão mais aprofundada da periferia compele-nos a recuperar sua construção histórica.

A gênese da periferia urbano-industrial

Encontraremos em Lefebvre (1991, p. 3-26) a definição do momento histórico a partir do qual surge esse novo agente social, o habitante da periferia urbano-industrial. O autor a constrói afirmando que o surgimento da era

industrial traz consigo uma transformação econômico-cultural da relação entre espaço e valor, decorrente da monetarização das ações no meio urbano, gerador de uma burguesia industrial.

O valor de uso é característico das cidades da Idade Média, nas quais há grande variedade de riquezas a serem desfrutadas no espaço urbano sem a mediação da compra. Esse espaço abriga principalmente conhecimentos, técnicas e obras. A cidade figura, ela própria, como uma *obra*, até que a industrialização a transforme em produto: “com efeito, a obra é valor de uso e produto é valor de troca” (Lefebvre, 1991, p. 4).

Ainda segundo Lefebvre (1991, p. 17), no caso francês a intervenção do barão Haussmann leva a uma normatização do centro urbano e à criação do subúrbio. Posteriormente, na III República, o grupo político dominante conceberá uma nova noção de *habitat*. Se antes habitar era participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade, agora é não mais que se isolar. Há uma redução do habitar ao habitat:

Os subúrbios, sem dúvida, foram criados sob a pressão das circunstâncias a fim de responder ao impulso cego (ainda que motivado e orientado) da industrialização, responder à chegada maciça dos camponeses levados para os centros urbanos pelo “êxodo rural”. Nem por isso o processo deixou de ser orientado por uma estratégia. [...] Com a criação do subúrbio começa na França um pensamento urbanístico encarniçado contra a Cidade. [...] Em redor da cidade instala-se uma periferia desurbanizada e no entanto dependente da cidade. Com efeito, os “suburbanos”, os dos “pavilhões” residenciais, não deixam de ser urbanos mesmo que percam a consciência disso... Urbanização desurbanizante e desurbanizada, pode-se dizer para ressaltar o paradoxo.

Para uma periodização dessa metamorfose urbana Lefebvre (1991, p. 21) propõe três fases: primeiro a invasão industrial, em que o social-urbano é negado a favor do econômico-industrial; uma segunda fase em que a cidade entra em colapso autodestrutivo em função dessa industrialização; e, finalmente, a cidade é reinventada com o nascimento (ou renascimento) da reflexão urbanística, ao que sucede um urbanismo sem reflexão, em que a segregação será considerada algo normal, visando apenas o lucro do capital, num movimento urbanístico vendedor de ilusões.

Numa pesquisa empreendida acerca das cidades industriais inglesas do início do século XX – Londres, Birmingham, Liverpool e Manchester – Engels (1986, p. 35-92) nos relata minuciosamente a situação de uma população de mais ou menos três milhões de trabalhadores industriais, os quais habitavam essas e outras cidades. Cidades antigas, abandonadas, são

invadidas pelas indústrias, e a massa trabalhadora se vê compelida a habitar os locais mais inóspitos. As situações vividas revelam o limiar da condição de miséria a que um ser humano consegue sobreviver.

Periferização brasileira: perfil histórico

No Brasil, os temas referentes à periferia urbana vêm se impondo cada vez mais fortemente nas pesquisas acadêmicas e dos diversos setores da sociedade em decorrência da amplitude dos problemas que daí surgem. Todo o sistema urbano é influenciado por este fenômeno, com maior clarividência para os aglomerados urbanos de médio porte e metrópoles.

Percebe-se que o que chama mais a atenção nessa dinâmica é o aumento da violência e da mendicância evidenciadas nos mais diversos pontos das cidades. O medo desperta conjuntamente a sociedade para esse mal, o qual urge por soluções. Pior que a violência é o motivo da ocorrência desta, pois ainda que exista noutros países (principalmente países em guerra), os motivos dessa violência são claramente distintos. No Brasil a violência (mortes) decorre muito mais da pobreza do que de disputas políticas ou religiosas. Em muitos casos, cria-se uma imagem pejorativa de determinados locais periféricos, identificando-os como dispersores da violência, sem que se compreendam os motivos que levaram tais sujeitos a esses lugares e a essas práticas e também sem a compreensão das outras faces dessa mesma periferia.

Sobre a dualidade da categoria valor, podemos dizer que entre as diversas camadas sociais urbanas existe uma pluralidade de significados do valor territorial. E, dessa forma, se dá a seguinte interação: se o solo gera lucro para os detentores de reservas de valor sobre a forma de propriedade urbana especulativa, os despossuídos desenvolvem uma relação com o solo que é muito mais existencial, cotidiana e afetiva. Como dizer que para essas pessoas o valor de troca é maior que aquele? Quando falamos disso, estamos reconhecendo que a reificação das relações sociais são inerentes à reprodução capitalista da vida urbana, baseando-se em uma valorização social.

Uma propriedade tem seu valor mediado pelo modo como a sociedade urbana estabelece significação ao uso do solo. Componentes como a localização, o acesso e a imagem produzida, bem como a infra-estrutura, compõem a dinâmica do valor do uso do solo urbano.

Também tratando dos conceitos que permeiam a análise urbana, Villaça (2001, p. 149-150), valoriza a idéia de *tendência* (aplicada aos diversos fenômenos urbanos) introduzida na geografia urbana por Castells:

[...] a idéia de segregação pode estar eventualmente comprometida com a idéia de homogeneidade total e também com a idéia de “estado”, ou seja, uma idéia estática, e não de processo. É enquanto estado que, acreditariam alguns, ela [a segregação] não existiria em muitas metrópoles do Brasil.

Por conta da débil visão da metrópole é que as práticas governamentais não conseguem abranger todo o processo, limitando-se a uma ação setorializada. Nesse sentido, nos será proveitoso o esclarecimento de Santos (1994, p. 75-76):

[as atuais Regiões Metropolitanas] são objeto de programas especiais, levados adiante por organismos regionais especialmente criados, com a utilização de normas e de recursos em boa parte federais. São na verdade, regiões de planejamento onde, todavia, o que é feito não atende à problemática geral da área, limitando-se a aspectos setoriais. A socialização capitalista favorecida pelo poder público nessas áreas metropolitanas é acompanhada por uma expansão periférica [...].

Desde que se compreenda o fenômeno a partir da idéia de processo, pode-se analisar setorialmente os desdobramentos dessa realidade. Maricato (1996), por exemplo, nos chama a atenção para a histórica influência do aparelho jurídico na conformação socioespacial das cidades brasileiras, ainda que entendendo o fenômeno como um processo intersetorial.

Se pretendemos apreender a realidade através do processo gerador desta devemos, antes de tratar do caso brasileiro, situá-lo em meio à era colonial geradora do mundo latino-americano. Santos (1982) nos traz distinções entre os diversos grupos sócio-espaciais, os quais podem se confundir com os continentes: há uma realidade geradora do espaço para o grupo anglo-americano; outro para a Ásia; África e; América Latina. Dentro da América Latina distingue-se a realidade urbana entre atlântica e pacífica, com os Andes interferindo na dinâmica socioespacial. Para o Brasil a concentração litorânea se mostrou geradora de grandes aglomerações. Apesar de importantes para a própria vida econômica colonial e estratégia de conquista, a concentração demográfica propiciou, assim que chegaram os tempos de monetarização do espaço, uma segregação urbana a partir da segunda metade do século XIX.

Uma análise dessa transformação do espaço brasileiro nos será de grande auxílio. Assim como Lefebvre descreve o processo europeu relacionando-o à transformação da cidade medieval em cidade industrial, também encontraremos explicações análogas para o caso brasileiro. Apesar de o momento histórico ser díspare, ao que parece, a indicação da indústria como grande transformadora socioespacial é válida para a totalidade das metrópoles industriais modernas.

Para o caso brasileiro, Villaça (2001, p. 226) faz alusão às afirmações de Freire no que diz respeito ao desmantelamento da estrutura escravista e ao surgimento dos subúrbios:

Terminado o período de patriarcalismo rural [...] e iniciado o período industrial das grandes usinas e das fazendas e até estâncias exploradas por firmas comerciais das cidades, mais do que pelas famílias [...] as senzalas foram diminuindo; e engrossando a população das palhoças, das cafuas ou dos mucambos: trabalhadores livres quase sem remédio, sem assistência e sem o amparo das casas-grandes. (Freire, 1968, p. 153)

Todavia, faz-se necessário distinguir entre o momento de metropolização (e conseqüente periferização) brasileira e a precoce contração urbana do Rio de Janeiro e de São Paulo. Segundo Villaça (2001, p. 225-236), o momento em que o subúrbio carioca passa a concentrar a maioria da população pobre ocorre por volta da década de 1910 – quando o interesse pelo centro é intensificado –, sendo que desde a segunda metade do século XIX essa massa proletária foi sistemática e gradualmente retirada do centro. Um dos maiores choques que a massa pobre tem no Brasil colonial é a corrida higienista – principalmente no Rio de Janeiro – a partir de 1850, em que o argumento das epidemias (que eram reais) fez com que os pobres fossem expulsos do centro, se alojando em locais ainda mais insalubres, atendendo, assim, aos interesses econômicos e políticos do momento (Abreu, 1996, p. 163-170).

Em São Paulo, investigações do processo de suburbanização a partir de pesquisas de 1947 e 1968 mostram que, nesse ínterim, houve um violento processo de expulsão das camadas de baixa renda do centro e de suas vizinhanças (queda de 22,5% para 11,1%, respectivamente, no número de subabitações localizadas no centro e suas imediações).

É notável os casos de estudos sobre as duas capitais baseadas no método da Escola de Chicago, o que indica a forte presença, por um momento, das massas trabalhadoras na região central, fato que possibilitou essa comparação com o padrão estadunidense de segregação radioconcêntrica. Com a

suburbanização das camadas pobres, restam nos centros dessas metrópoles as grandes favelas centrais do Rio de Janeiro e os abundantes cortiços do centro paulista.

Tomando o Brasil em sua totalidade, essas datas são alteradas. Além da já relatada mudança no modo de produção, temos, nas décadas de 1930 e 1940, o alargamento da classe assalariada cidadina (maioria de estrangeiros em São Paulo e no Rio de Janeiro) empregada na ainda incipiente indústria pesada e cafeeira. Nesse momento inicia-se certa similaridade na dinâmica urbana para o país. Percebe-se que o movimento das “modas” do habitar passa a marcar presença nas principais cidades brasileiras. Podemos perceber uma disputa pelo espaço através das lutas de classes implícitas nas dinâmicas locacionais urbanas, culminando com o domínio imediato dos espaços desprezados pelas classes média e média alta pela massa pobre.

Até a década de 1950 as camadas de alta renda mantêm grande solicitação por habitações nos centros urbanos. A partir a década de 1960 ocorre uma evasão dos centros, devido à violência e à presença de miseráveis, seguido de um aumento nacional das subabitações centrais, com forte concentração de cortiços, ainda que esse tipo de habitação não se constituísse maioria das subabitações devido à significativa participação das favelas. Estas sofrem grande expansão durante toda a década de 1970, em consequência das chamadas “invasões” - ocupação de localizações sem se pagar pelo seu uso -, o que transforma sensivelmente a acessibilidade da massa pobre das metrópoles brasileiras. Ainda que o padrão de consumo geral não tenha ganho significativo, a maior vantagem se relaciona ao encurtamento entre o local de moradia e o de trabalho (Abreu, 1996, p. 230, 235). Note-se que esse período de favelização ocorre concomitantemente à existência do Banco Nacional de Habitação – BNH.

Uma tentativa de periodização do avanço da periferia e sua vinculação a programas governamentais mostra-se oportuna. Do Brasil colonial até as primeiras invasões dos centros urbanos pelo comércio e pela indústria, na segunda metade do século XVIII, a expansão urbana se dava sem muita diferenciação classista ou econômica – até mesmo porque a propriedade da terra não era ainda base da estratificação social –, fato modificado com a Lei de Terras (imbricada à Lei Áurea), a qual provocou o início das restrições ao uso do solo e da coação econômica baseada na necessidade de expansão devido ao crescimento da massa trabalhadora urbana.

A partir daí, a estratégia básica dos governos e dos industriais era a criação (concentrando-se nas décadas de 1920 e 1930) de *vilas operárias*, ge-

ralmente ao lado de fábricas, o que se configurava, no dizer de Costa (1998, p. 10), como o início do *terrorismo da habitação planejada*. Porém não se deve esquecer que essa dinâmica se desenvolvia mais propriamente nos emergentes centros industriais brasileiros – São Paulo e Rio de Janeiro.

Do final da Segunda Guerra Mundial até a década de 1960 o Estado brasileiro não desenvolve uma política habitacional. A pressão por mudanças começa com o fim da Segunda Guerra, em meio a toda a convulsão política mundial e de problemas urbanos pelo país. Com o início do governo militar surge o Banco Nacional de Habitação – BNH, com recursos do FGTS e de cadernetas de poupança. Nessa dinâmica, o Estado viabilizava grandes lucros por parte dos agentes imobiliários, uma vez que arcava com todas as despesas de infra-estrutura dos conjuntos habitacionais. Apesar da natureza dos recursos, a maioria das obras incluiu desde apartamentos de luxo, mansões, até obras faraônicas.

Deste modo, tal programa não conseguiu conter o processo de formação de favelas e cortiços nas cidades brasileiras. Pior que isso, foi a política (inexistente) logo depois da substituição do BNH, um banco de fomento, pela Caixa Econômica Federal, um banco comercial que, além de nunca ter desenvolvido programas habitacionais sérios, foi palco de administrações mal explicadas e acobertadas pelas diversas esferas governamentais. Antes da transição, é importante ressaltar que o arquivo do BNH foi incendiado, provavelmente sob fraude (Maricato, 1996, p. 44).

Entre a extinção do BNH, em 1986, e a instalação do novo conselho do FGTS, a administração dos recursos se deu de forma ilegal. Instado legalmente a responder sobre a situação dos recursos do FGTS, pelo então deputado federal Luiz Ignácio Lula da Silva, o presidente da CEF – Caixa Econômica Federal, Paulo Mandarino, respondeu que, na ocasião, não tinha como esclarecer a questão já que a CEF não tinha informações completas sobre o fluxo de caixa dos recursos do FGTS, que administrava. (Maricato, 1996, p. 45)

Em Santos (1994, p. 76) tem-se a confirmação da tese do crescimento acelerado das Regiões Metropolitanas, com a constatação de grande participação do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo estas responsáveis pela absorção de mais de um quarto do total de incremento da população brasileira entre 1970 e 1980:

	População que se instala nas Regiões Metropolitanas	% do aumento da população nacional que se instala nas Regiões metropolitanas
1940-1950	3.052.907	28,75
1950-1960	5.952.919	32,62
1960-1970	8.596.874	37,46
1970-1980	10.259.743	43,37

Fonte: Santos (1994, p. 76)

Esse processo segue seu curso no tempo e, a partir de 1980, Goiânia evidencia sua participação no mesmo. Atualmente, Goiânia e o entorno são constituídos como região metropolitana. Ainda que seja patenteada juridicamente, o processo de gestão, de interpretação e de parceria entre os municípios que compõem a região metropolitana praticamente é inexistente.

A periferia urbana na interpretação do urbanismo

Dentre todas as correntes de pensamento urbanístico, surgidas no século XX, o urbanismo progressista merece destaque, tanto por sua influência majoritária e agressivamente expansiva, quanto por sua perduração, haja vista sua forte ligação com a ideologia do próprio capitalismo. Sua precisão, economia e sobriedade fizeram com que toda cidade industrial apresente a mesma aparência sóbria e funcionalista em todo o mundo. Destacável é a empolgação com que o “apóstolo do modernismo arquitetônico”, Le Corbusier (1971, p. 27-29), transmite seus ditames em escritos, aulas e congressos internacionais (Choay, 1979).

No Brasil, essa escola de pensamento reinou junto aos órgãos públicos e empresários, assim como junto a uma elite profissional constantemente ligada à esfera política determinando reformas, construções etc. Não se pode negar a influência das visitas de Le Corbusier e os projetos desenvolvidos por Alfred Agache para as reformas do centro do Rio de Janeiro, momento em que esses dispersores do movimento modernista na arquitetura influenciaram grandemente o público nacional. Além disso, essa corrente ideológica esteve, historicamente, nos mais diversos países, apoiando reformas urbanas de governos autoritários. A sobriedade da forma devia moldar um novo homem, trazer a “civilização”.

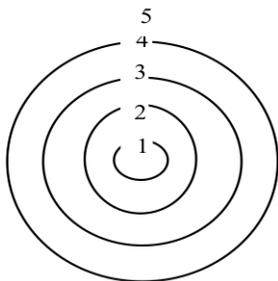
Segundo Abreu (1996), o flagrante crescimento urbano, após o período de monopólio dos arquitetos no planejamento, traz para o debate di-

versos profissionais – geógrafos, historiadores, economistas, antropólogos, sociólogos e cientistas políticos. Daí depreende-se que a temática da pobreza urbana alçou melhor visualização, enriquecendo esse debate.

O modelo da Escola de Chicago ou de Ecologia Humana, baseado nas teorias darwinistas e desenvolvido acerca do paradoxo estadunidense, foi originalmente articulado por Robert. E. Park a partir de 1916 (Silva, 1993, p. 29-30), o qual define sua teoria da seguinte forma:

Uma tentativa de investigação dos processos pelos quais o equilíbrio biótico e o equilíbrio social se mantêm uma vez alcançados e dos processos pelos quais, quando o equilíbrio biótico e o equilíbrio social são perturbados, faz-se a transição de uma ordem relativamente estável para outra. (Park, 1948, p. 36 apud Silva, 1993, p. 31)

Outro grande teórico da corrente ecológica, E. W. Burgess, desenvolve um diagrama de distribuição social para as cidades:



1	CDB (distrito comercial central)
2	COMERC./INDUST.
3	RESID. MULTIFAMILIAR
4	RESID. FAMILIAR INDIVIDUAL
5	AGRICULTURA

Fonte: Silva, 1993, p. 33

Burgess, ao analisar a segregação urbana:

Não se preocupava com a gênese do processo, mas afirma uma lógica de invasão-sucessão pela qual as áreas abandonadas pela classe média e alta (zona 1) eram invadidas por outras populações de menor renda, sucedendo então, um aumento de pobres no centro da cidade e locomoção dos extratos superiores da sociedade para a periferia. Esse seria o padrão natural de segregação residencial. (Silva, 1993, p. 36)

Essa teoria foi aplicada largamente no período entre guerras e pós-guerra, principalmente nos Estados Unidos e nos países europeus que, pela dependência econômica, estavam, de alguma forma, ligados às suas determinações².

Pela fragilidade dessa teorização, logo vieram críticas, sendo combatido até mesmo no seio dos ecólogos.

Acerca da imbricação entre poder público, capital e crescimento da exclusão residencial, é fato largamente constatado a cumplicidade do aparato político e ideológico na reprodução do capital imobiliário, o qual também usa a expansão periférica como peça-chave na especulação de vazios, assim como dos espaços de onde a população pobre é desalojada através de suas pressões ao poder público. Moura & Ultramari (1996, p. 14) delimitam esses três atores sócio-espaciais urbanos e suas interações:

a) o capital, determinando o custo da terra e impondo a necessária concentração de atividades e de mão-de-obra para seu próprio crescimento; b) o Estado, representado pela ação do poder público, tentando propiciar serviços e condições básicos para a sobrevivência e oferta de mão-de-obra, garantindo, assim, o desempenho da economia; c) a força de trabalho, que é quem ocupa e vive a desordem representada pela periferia.

A verdade é que há um padrão de construção da periferia que é fundamentalmente diferente daquele intermediado pelo capital imobiliário: a autoconstrução familiar da periferia.

Porém, analisando o processo pelo qual a periferia passa ao longo da história, podemos perceber que há um momento em que esse mesmo capital imobiliário participa da sua reconstrução, traçando, a partir daí, um novo estágio no desenvolvimento desta. Como mote da renda fundiária, ela é coibida, disputada, objeto de enriquecimento.

Aportes metodológicos da interpretação da periferia urbana e o caso brasileiro

No que se refere às metodologias para estudo da periferia, também quando se trata do caso brasileiro é necessário observar suas peculiaridades históricas. Nesse sentido Villaça (2001, p. 142), ao notar que há, nas metrópoles brasileiras, segregações as mais diversas, principalmente de classes e de etnias ou nacionalidades, afirma que:

[...] a segregação das classes sociais [é] aquela que domina a estruturação das nossas metrópoles. [...] a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole.

Essa tese é importante no sentido de revelar que a estrutura do espaço urbano é forjada no bojo das desigualdades sociais. Além disso, na metrópole atual, pode haver um regime de hibridez de classes em toda a estrutura do espaço urbano:

[...] a alta renda também ocupa terra barata na periferia [...] não é rigorosamente verdadeiro que o preço da terra determina a distribuição espacial das classes sociais [...] os terrenos mais caros são ocupados pelas camadas de alta renda, pois na periferia de metro quadrado barato a alta renda ocupa terrenos grandes ou, em se tratando de condomínios verticais, grandes quotas ideais de terreno [...] a classe média também ocupa terra cara no que se refere ao preço do metro quadrado de terreno, consumindo pouca terra per capita ou por família [...]. (Villaça, 2001, p. 146-147)

Villaça (2001, p. 147), ao ler Lojkine, concorda com este autor quando afirma haver três tipos de segregação urbana: 1) oposição entre centro e periferia, onde o preço do solo é mais barato; 2) separação entre zonas de moradia de alta e baixa renda; 3) zonas especializadas em: escritórios, indústrias, residências etc. Apesar de não excludentes entre si, o segundo tipo e a formação das zonas industriais são “as principais forças atuantes sobre a estruturação do espaço metropolitano no Brasil”.

Ainda no que se refere às peculiaridades da dinâmica segregacional brasileira, pode-se perceber que a disparidade na distribuição de renda interfere na configuração da segregação. Diferentemente da América do Norte ou Europa, o Brasil não apresenta uma classe média e média alta em quantidade suficiente para a formação de uma distribuição radioconcêntrica. Segundo Villaça (2001, p. 150), “os bairros das camadas de mais alta renda tendem a se segregar (os próprios bairros) numa mesma região geral da cidade, e não se espalhar aleatoriamente por toda a cidade”. Argumenta, além disso, que a disposição dessas aglomerações é em forma de *setores de círculo*. Normalmente, nas grandes metrópoles, as classes média alta e alta formam uma coroa ou leque em torno do centro da cidade. No Brasil, pela pouca expressão em quantidade dessa parcela da população, não foi possível a permanência de um domínio na região central após sua dispersão na década de 1970. Desloca-se, assim, do centro, e se instala em uma região geral da cidade, mais ou menos perto do centro (idem, p. 154).

Em contraposição, as áreas comerciais e industriais brasileiras estão dispostas em círculos concêntricos, principalmente em função da acessibilidade (vias de tráfego). A linearidade também é marcante, mas, devido ao aspecto radial de nossas vias, há uma forte tendência àquela conformação.

As áreas residenciais da população pobre, apesar de apresentarem, também, uma concentração zonal, obedecem a um processo de distribuição das habitações em que aspectos econômicos, histórico-culturais e espaciais estão imbricados. Assim, as diversas “regiões” que ocupam tendem a possuir um aspecto radioconcêntrico com concentrações zonais.

Periferia urbana: espaço existencial

As análises da periferia urbana englobam hoje novas modalidades como estudos da percepção, da representação, do cotidiano, do imaginário, da imagem, de narrativas. Essas modalidades partem de um pressuposto: o real é produzido também pelo modo de estabelecimento de significados. Ao fazer isso, sujeito e objeto se aglutinam, e no processo de significação o espaço se liga à vida.

Quanto ao significado de morar na periferia, podemos inferir impressões a partir do conceito de exclusão/inclusão social, uma vez que se levam em consideração os componentes espacial, econômico, cultural, entre outros, os quais se mostram de forma concorrente na vivência do morador da periferia. Assim, o sentido de ser periférico é sempre relativo. Uma situação de inclusão gera uma situação de exclusão (Koga, 2003; Sposati, 2001, p. 142).

Maricato (1996) destaca como o simples fato do reconhecimento institucional (leis) tem impacto direto no cotidiano vivido pelos habitantes da periferia, principalmente das favelas, em que se vive numa quase total indigência jurídica. Ao enfatizar esse aspecto, discrimina as duas faces do quadro socioespacial metropolitano: cidade real x cidade legal; cidade do direito x cidade do fato; cidade formal x cidade clandestina; urbano real x urbano virtual. A autora vê a segregação residencial também como uma segregação ambiental, em que os espaços disponíveis ao consumo possuem padrões de qualidade e quantidade discrepantes (idem, p. 73).

É interessante notar a referência de diversos autores (Santos, 1987; Koga, 2003; Maricato, 1996) no que se refere aos resquícios do regime coronelista autoritário e sua forte presença na sociedade brasileira, com forte interferência para os desprivilegiados políticos, os moradores da periferia. Para estes, a humilhação frente a funcionários públicos, políticos etc., sempre em troca do fortalecimento de clientelismo e apadrinhamento, cerceia boa parte do corpo de necessidades da cidadania: autonomia, dignidade, igualdade, liberdade etc.

Santos (1996), explicitando a premissa marxista da revolução proletária, contrapõe os territórios luminosos e rápidos daqueles opacos e lentos e dos homens que daí surgem. O que surge nos primeiros territórios (centrais) estaria envolvido por uma força ideológica que deles acabaria por esconder a realidade, visto que suas ações são determinadas por esse meio dissimulador. Já aquele que se desenvolve nas zonas urbanas opacas está em contato com a realidade não dissimulada, podendo, a partir de então, agir com base na realidade totalitária.

Uma observação a se fazer é que se os habitantes dos lugares luminosos são alienados em sua interação com estes, os que habitam os lugares lentos são também atingidos por uma cultura de massa que pode tirar-lhes a condição de percepção real.

Um olhar multifocal sobre a periferia: à guisa de conclusão

É fato que a vivência na periferia tece novos contornos na relação com os símbolos do afeto, da emoção, da relação com a cultura de massa, dos modos de operar a linguagem, de desenvolver o lazer, de estabelecer pontes de contato com o mundo, de desenvolver identidades, pertencimentos, ou de disputar lugares no grupo etc. Um mundo dentro do mundo, num câmbio e num intercâmbio, a existência humana na periferia às vezes dribla a dor com gestos de solidariedade, com a reinvenção de modalidades artísticas etc.

Numa pulsão contínua, outros elementos aparecem, tais como a fofoca, os jogos nos bares, o alcoolismo, a prostituição, a violência, os bailes, a formação de tribos, a inserção no mercado de trabalho informal, nas escapatórias das instituições celibatárias, como a escola. Tudo isso pode nos levar à síntese: a vida na periferia proletária é rica e se estende como grito, silêncio, murmúrio, fé, canto, práticas de vida como práticas espaciais.

Assim, mostra-se premente a necessidade de estudos sobre a periferia proletária que levem em consideração mais do que o evidente. Pois, se ela se mostra como um par antagonístico daquela parte que a espolia, não é menos verdade que há também uma vida pulsante e rica de cores e imagens. Isso podemos fazer, contudo, sem nos esquecermos que se há algum brilho de vida ela se dá apesar da espoliação. Olhar a vida na periferia urbana como a “linda flor entre pedras” tira-nos a chance de enxergar o processo socioespacial de sua formação.

Notas

- 1 Pesquisa desenvolvida através do Programa Voluntário de Iniciação Científica-PIVIC (CNPq). Projeto: O Impacto Sócio-econômico do Pólo Calçadista da Cidade de Goianira – GO. Os autores são o orientador e o pesquisador, respectivamente.
- 2 Dentre as teorias das zonas concêntricas temos outras de menor expressão como a do geógrafo alemão J. G. Kohl, formulada em 1841, com base no padrão espacial das cidades pré-industriais da Europa Ocidental (é contrária à de Burgess: as camadas sociais privilegiadas ocupam a Área Central). Há ainda a teoria setorial de Hoyt, formulada em 1939 pelo economista estadunidense H. Hoyt, na qual a elite se apropria do espaço de maior valor de uso e de troca, e dotados de amenidades. (Vide Martins Júnior, 2001).

REFERÊNCIA

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. As imagens da cidade e a produção do urbano. In: CAVALCANTI, Lana de Sousa (Org.). *Geografia da Cidade*. Goiânia: Alternativa, 2001.

ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a Cidade no Brasil do Passado. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: Utopias e realidades, uma Antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

COSTA, Carmem Lúcia. A cidade e o cotidiano do seu morador. *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia: Ed. da UFG, 1998.

ENGELS, Frederic. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1986.

KOGA, Dirce. *Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.

LE CORBUSIER. *Planejamento urbano*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: Ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS JÚNIOR, Osmar Pires. *Avaliação dos efeitos ambientais da vegetação urbana sobre a qualidade de vida em Goiânia*. (dissertação de mestrado). Goiânia: UFG, 2001.

MOURA, Rosa. ULTRAMARI, Clovis. *O que é periferia urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. V. 1. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 1965.

SANTOS, Milton. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SARTRE, Jean-Paul. *Questão de método*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SILVA, Carlos Alberto F. da. A segregação residencial sob a ótica das escolas de Chicago e Neoclássica. *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia: Ed. da UFG, 1993.

SPOSATI, Aldaíza. *Cidade em Pedacos*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Fapesp, 2001.³

Eguimar Felício Chaveiro – é Professor do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás.

Antonio Fernandes dos Anjos – é – Graduado em geografia pela UFG e mestrando em geografia pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais – IESA-UFG.

Recebido para publicação em novembro de 2006

Aceito para publicação em março de 2007